



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

Edição n. 2507

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	7
Súmulas de Contratos.....	7
Editais.....	8

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	9
---------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....	10
-------------	----

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comunicado.....	18
-----------------	----



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2507

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N. 402/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR

- o Doutor ADONIRAN LEMOS ALMEIDA FILHO, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, para oferecer aditamento à denúncia pelo crime inserto no artigo 28, caput, da Lei n. 11.343/2006, bem como para acompanhar os demais trâmites, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, com base no Processo n. 118/2.18.0000266-4, oriundo da Vara Judicial da Comarca de Piratini, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, seu substituto de escala que não estiver impedido (Port. 3381/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1008/2018– PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei n. 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.01504.00104/2018-9.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1009/2018– PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei n. 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.00006.00004/2018-6.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1010/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os Srs.(a) Alvaro Marcelo Perez Garcia, Maria de Fátima Vieira

Silva e Luiz Alexandre Furtado, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Jaguarão promoveu o arquivamento do IC. n. 01698.000.041/2017, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades de ordem sanitária em açougue local.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1011/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os representantes legais da “Associação João XXIII, Rádio Líder FM, CTG Sentinela, CTG Vaqueanos, Piquete Alma Nova, Grupos Ginetes Tropolha Gaviona”, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis promoveu o arquivamento do IC. n. 00881.00040/2011, instaurado com o objetivo de apurar eventuais irregularidades na entrada e permanência de crianças e adolescentes em estabelecimentos que promovem eventos noturnos na Comarca de São Francisco de Assis/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1012/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Laura Teixeira Nunes, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, nos autos do RD.00922.00230/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia relatando que o Secretário Adjunto de Obras, fora do horário de expediente e dirigindo veículo oficial, teria colidido em outro veículo, tendo o teste do bafômetro acusado ingestão de álcool.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1013/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Leandro Jacques Martins, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, nos autos do RD.00922.00586/2014, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar suposto tratamento diferenciado entre os servidores e possível ato de discriminação e perseguição de servidor público, praticados no Município de Barra do Quaraí/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1014/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o



Sr. Jairo André Flores, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, nos autos, do RD.00903.00160/2018, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de recebimento indevido de Função Gratificada por parte de servidor concursado do Município de Sapucaia do Sul/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1015/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Maristela Almeida Cunha, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC. n. 01128.00071/2007, instaurado com o objetivo de verificar as condições da ONG M.U., moradia destinada a pessoas com transtorno mental e dependentes químicos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1016/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha promoveu o arquivamento do AT. n. 01504.00760/2016, instaurado com o objetivo de apurar denúncia de eventual utilização indevida de área pública no Município de Cachoeirinha/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1017/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Esteio promoveu o arquivamento do IC. n. 00768.00019/2017, instaurado com o objetivo de apurar possível existência de esgoto a céu aberto atrás das residências localizadas na Rua Gildo de Freitas, em Esteio/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1018/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Cláudia R. do Carmo, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC. n. 00930.00023/2017, instaurado com o objetivo de apurar possível dano ao Lago Tarumã, localizado no Município de

Viamão/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1019/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os representantes legais da empresa "EVEL - Expresso Veraneio Ltda", na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC. n. 00930.00035/2016, instaurado com o objetivo de apurar possível dano ambiental decorrente de poluição atmosférica causada pela atividade de estacionamento e trânsito de veículos coletivos, em terreno situado a Rua Colorado, ao lado do n. 88, Bairro Santa Cecília, em Viamão/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1020/2018– PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento da NF. n. 01413.000.747/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1021/2018–PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento da NF. n. 01413.000.750/2018, instaurada com o objetivo de apurar suposta irregularidade no Concurso da Brigada Militar.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1022/2018–PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Paulo Roberto Fagundes da Silveira, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Quaraí promoveu o arquivamento da NF. n. 01820.000.237/2018, instaurada com o objetivo de apurar possível situação de risco envolvendo dependente químico.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**EDITAL N. 1023/2018-PGJ**

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Direitos Humanos de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC. n. 01820.000.237/2018, instaurado com o objetivo de averiguar ações públicas adotadas visando à prevenção de acidentes escorpionicos, bem como possíveis deficiências no processo de notificação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1024/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Igreja promoveu o arquivamento do IC. n. 01654.000.182/2017, instaurado com o objetivo de apurar a regularidade de empresa que buscava a captação de clientes para futura instalação de loteamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1025/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Cerro Largo promoveu o arquivamento da NF. n. 00751.00079/2018, instaurada com o objetivo de apurar suposto pagamento irregular de diárias para a Primeira Dama do Município de Ubiretama/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1026/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí promoveu o arquivamento do IC. n. 00783.00107/2012, instaurado com o objetivo de apurar possível exercício irregular de oficina mecânica, na Rua 18 do Forte, n. 30, Bairro Bonsucesso, em Gravataí/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1027/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento da NF. n. 01623.000.443/2018, instaurada com o objetivo de apurar possíveis irregularidades em licitação de Kit de Cercamento

Eletrônico e Videomonitoramento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1028/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Tiago Dornelles Queiroz, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC. n. 01872.000.312/2018, instaurado com o objetivo de investigar possível instalação de Loteamento Clandestino, em São Francisco de Paula/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1029/2018 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, nos autos, do RD.00754.00153/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de o Prefeito Municipal de Cruz Alta estaria "comprando votos" dos Vereadores através do oferecimento de empregos na Administração Pública Municipal.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1030/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre promoveu o arquivamento da NF. n. 01633.000.134/2018, instaurada com o objetivo de averiguar denúncia de corte de duas árvores na Rua Felizardo, n. 486, Bairro Jardim Botânico, no Município de Porto Alegre/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1031/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Luis Alexandre Ávila, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Jaguarão promoveu o arquivamento do IC. n. 00798.00040/2017, instaurado com o objetivo de apurar eventuais falhas dos comerciantes locais, no tocante às normas de ordem sanitária e consumerista.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2507

EDITAL N. 1032/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Itaquí promoveu o arquivamento do PA. n. 00797.00003/2017, instaurado com o objetivo de apurar denúncia de possíveis maus tratos praticados contra menor pelos responsáveis legais.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1033/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Cível de Viamão, nos autos, do RD.00931.00360/2018, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar denúncia de possível instalação de relógios digitais no decorrer da RS 040, os quais teriam sido irregularmente afixados, por interferência do ex-prefeito de Viamão/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1034/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Nova Prata promoveu o arquivamento da NF. n. 01802.000.512/2018, instaurada com o objetivo de apurar denúncia de possível transferência de valores, pelo Município de Guabiju/RS, a empresa Mecasul S/A.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1035/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC. n. 00829.00018/2016, instaurado com o objetivo de apurar denúncia de possíveis nomeações de cargos em comissão e cessão de servidores municipais em detrimento dos aprovados no Concurso Público, Edital n. 01/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1036/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de

Porto Alegre promoveu o arquivamento da NF. n. 02360.000.134/2018, instaurada com o objetivo de apurar denúncia de possível pagamento indevido de pensão do IPE-Prev, a beneficiário incapaz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1037/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Daniela Zenker Bischoff, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro promoveu o arquivamento da NF. n. 01722.000.056/2018, instaurada com o objetivo de apurar denúncia de que empresa Agropecuária estaria trabalhando sem a presença de médico veterinário responsável, o que teria gerado o óbito de animais.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1038/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Sandro Marcelo Schubert da Silva, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro promoveu o arquivamento da NF. n. 01722.000.065/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1039/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os representantes legais da “Coligação Unidos por um Sertão Melhor”, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro promoveu o arquivamento da NF. n. 01722.000.145/2018, instaurada para apurar possível abuso do poder público e ocorrência de crime eleitoral, na localidade denominada Linha Pirapó, no Município de Sertão Santana/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1040/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento da NF. n. 01623.000.793/2018, instaurada para apurar a licitude da



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2507

atuação do Corpo de Bombeiros Militar no combate e prevenção de incêndios em empresa privada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

Avenida Brasil, localidade Cinco Esquinas, em Cachoeira do Sul/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1041/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento da NF. n. 01623.001.024/2018, instaurado para apurar possível abuso no preço do medicamento Alteplase, que precisa ser adquirido pela Fundação Hospitalar Getúlio Vargas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1042/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Itaquí promoveu o arquivamento do IC. n. 00797.00021/2007, instaurado para apurar a situação de animais de rua no Município de Itaquí/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1043/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. João Luiz Burzlaff Palma, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Especializada de Esteio promoveu o arquivamento do IC. n. 00768.00017/2017, instaurado para apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente do acúmulo de água parada em uma piscina na Rua Parobé, n. 135, Bairro Centro, em Esteio/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1044/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul promoveu o arquivamento do IC. n. 00728.00009/2014, instaurado para apurar possível omissão do Município de Cachoeira do Sul, no sentido de promover iniciativas administrativas visando a assegurar o meio ambiente equilibrado e sadio junto às proximidades do Posto na

EDITAL N. 1045/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Claudio Gomes, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC. n. 01872.000.455/2017, instaurado para averiguar possível impedimento da regeneração natural com a supressão da vegetação nativa para uso alternativo do solo realizando a conversão de campo nativo em lavoura, sem possuir licença do órgão ambiental competente, na RS 476, s/n., Bairro Passo do Inferno, no Município de São Francisco de Paula /RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1046/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de São Valentim promoveu o arquivamento do IC. n. 00900.00029/2017, instaurado para apurar eventual lesão ao erário público em decorrência de possível destinação inadequada dos recursos pagos pelo Município de Benjamin Constant/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1047/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo promoveu o arquivamento do IC. n. 01136.00006/2016, instaurado para apurar possíveis irregularidades no funcionamento da Escola de Educação Infantil Carinho de Mãe.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de novembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1048/2018-PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de Estrela promoveu o arquivamento dos ICs. ns.:

IC.01342.00102/2010 – Alex Neinas,
IC.01342.00564/2011 – Egídio Villa,
IC.01342.00565/2011 – Ivanir Rainerio Pellizari,
IC.01342.00571/2011 – Ito Horácio Agostini,
IC.01342.00574/2011 – Eloy Domingos Agostini,



IC.01342.00628/2011 – Walmir Debona,
IC.01342.00634/2011 – Fanor Gugel,
IC.01342.00636/2011 – Zelindo João Berselli,
IC.01342.00639/2011 – Euclides Bombassaro,
IC.01342.00645/2011 - Joselei Maria Maldener Griebeler .
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20
de novembro de 2018.
JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1049/2018–PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na
forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a
Promotoria de Justiça de Camaquã promoveu o arquivamento
do IC. n. 00732.00044/2011 e 00732.00047/2011.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20
de novembro de 2018.
JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1050/2018–PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o
Sr. Jair Teles Silva da Rosa, na forma do § 3.º do art. 22 do
Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de São
Francisco de Assis promoveu o arquivamento da NF. n.
01870.000.313/2017, instaurada para apurar possível dano
ambiental ocasionado por incineração de resíduos sólidos,
provenientes do lixo doméstico.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20
de novembro de 2018.
JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1051/2018–PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o
Sr. Vicentino Freitas, na forma do § 3.º do art. 22 do
Provimento n. 71/2017, que a Promotoria de Justiça de
Farroupilha promoveu o arquivamento do PA. n.
00771.00034/2017, instaurado para apurar licitação de
transporte público do Município de Farroupilha/RS.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21
de novembro de 2018.
JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N. 1052/2018 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na
forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, que a
Promotoria de Justiça Cível de Viamão, nos autos, do
RD.00931.00515/2018, indeferiu a instauração de Inquérito
Civil para apurar possível denúncia de ocupação de rótulas,
na rodovia RS 040, com bandeiras de candidatos.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21
de novembro de 2018.
JÚLIO CÉSAR DE MELO
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N. 403/2018

**O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON
JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:**

CONCEDER

- a contar de 26 de novembro de 2018, pelo período de 2
(dois) anos, Licença para Tratar de Interesses Particulares à
servidora SILVIA CHAGASTELLES SALOMÃO, Assistente de
Promotoria de Justiça, ID n. 3447715, em conformidade com o
Artigo 146 da Lei Complementar n. 10.098/94, devendo
manter contribuição mensal obrigatória de 14% (quatorze por
cento), para o Instituto de Previdência do Estado, de acordo
com o artigo 25 da Lei Complementar n. 15.142/2018
(PR.00576.00740/2018-5 - Port. 3428/2018).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 14/11/2018, no
cargo de Agente Administrativo, Classe “M”, ALICE OLIVEIRA
FREITAS, tendo entrado em exercício em 26/11/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27
de novembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 073/2018 PROCEDIMENTO N. 02405.000.101/2018

CONTRATADA CERRADO VIAGENS EIRELI - EPP.;
OBJETO: RESCINDIR AMIGAVELMENTE o contrato de
prestação de serviços, que tem como objeto o agenciamento
de viagens, a contar de 30 de outubro de 2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26
de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

APOSTILA I CONTRATO N. 077/2017 PROCEDIMENTO N. 02405.000.099/2017

CONTRATADA: CP ELETRÔNICA LTDA.; **OBJETO:**
apostilamento do Contrato de Prestação de Serviços n.
077/2017, que tem como objeto a prestação de serviço de
manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de
peças de reposição, dos equipamentos NOBREAKS do
MP/RS, aplicando-se, conforme dispõe a cláusula quinta, item
5.7 do ajuste, a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze)
meses, acumulado de junho de 2018, de 6,92%, passando a
vigorar o valor de R\$ 5.034,72 (cinco mil, trinta e sete reais,
com setenta e dois centavos), a contar de 13 de julho de
2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, §8º, da Lei Federal
n. 8.666/93;
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26
de novembro de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



**SÚMULA DE CONTRATO DE
COMPRA E VENDA N. 182/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.240/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 107/2018**

CONTRATADA: PROLUX ILUMINAÇÃO EIRELI ME;
OBJETO: aquisição de lâmpadas de LED tubular e projetores de LED, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant. Un.	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	Lâmpadas led tubular	300 un	JNG /Glass 18 W 4000K	R\$18,70	R\$ 56.100,00
2	Projetores de led	50 un	JNG/JCf 102 50W	R\$81,32	R\$ 4.066,00

VIGÊNCIA: 3 (três) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 60.166,00;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3032; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.240/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Otávio Gonçalves Röhrig e, como seu substituto, a servidora Carolina da Silva Mello.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**EDITAL N. 249/2018
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n. 0743/2018, publicada no Boletim n. 084/2018, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 22/03/2018, faz saber, a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes nos Termos de Eliminação de Documentos n. 291/2018, n. 297/2018, n. 320/2018 e n. 323/2018 preenchidos de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/ e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General

Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

DIOMAR JACINTA RECH,
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

EDITAL N. 251/2018

TORNO PÚBLICO, em cumprimento à determinação do Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, que se encontram abertas as inscrições para os servidores detentores do cargo de provimento efetivo de **Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais**, interessados em participar da Ação de Reforço no Litoral – 2019 nas Promotorias de Justiça das comarcas de Capão da Canoa e de Torres, mediante pagamento de 04 (quatro) diárias por semana, de segunda-feira a sexta-feira (excluídos sábados, domingos e feriados). No caso de o servidor se deslocar nos finais de semana para a cidade de origem, a Instituição poderá realizar o pagamento de 01 diária integral relativa ao pernoite nos domingos, tendo em vista a necessidade de apresentação na Promotoria de Justiça da Ação de Reforço no Litoral às 8h30min, das segundas-feiras. Todas as diárias deverão estar acompanhadas de comprovantes, na forma do Provimento n. 30/2018. Somente serão ressarcidas as despesas com transporte de ida para o litoral e de retorno para a cidade de origem no início e no final da participação na Ação de Reforço no Litoral - 2019, com uso de transporte público (mediante apresentação das passagens) ou de veículo particular, em conformidade com o Provimento n. 30/2018. Os interessados deverão imprimir e preencher o formulário de inscrição, disponível na página da Divisão de Recursos Humanos na intranet (https://intra.mprs.gov.br/conteudointra/local_fs/areas/rhum/arquivos/formulario.pdf) e protocolar e enviar pelo Sistema de Protocolo Unificado (SPU), em meio virtual, com o assunto "Ação de Reforço no Litoral - 2019" à Divisão de Recursos Humanos, até o dia **07/12/2018**.

Quadro de vagas

Promotoria de Justiça	Janeiro (de 07/01 a 31/01/19)	Fevereiro (01/02 a 01/03/19)
Capão da Canoa	01	01
Torres	01	-

Condições Gerais:

- Vigência: de 07/01/2019 a 1º/03/2019;
- Assinalar a Promotoria de Justiça e o período (janeiro e/ou fevereiro) pretendidos;
- Declaração de ciência de que os dispêndios relativos a pernoites e refeições correrão por conta do servidor;
- Anuência da chefia imediata ou da Coordenação da Promotoria/Procuradoria de Justiça de origem;
- Ciência da Coordenação da Promotoria/Procuradoria de Justiça de que não serão remetidos substitutos durante a ausência dos servidores selecionados para participarem da Ação de Reforço no Litoral – 2019;



- Possibilidade de inscrição simultânea para os meses de janeiro e fevereiro em única Promotoria de Justiça;

- Seleção dos participantes, titulares e suplentes, ocorrerá por meio de sorteio público, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2018, às 15 horas, na sala de reuniões da Divisão de Recursos Humanos, localizada na Rua General Andrade Neves, n. 106 – 15º andar, Porto Alegre/RS;

- A efetividade dos participantes da Ação de Reforço no Litoral será comunicada pela Promotoria de Justiça em que os mesmos estiverem exercendo suas funções, via Sistema de Ponto Eletrônico – PontoSoft;

- A participação na Ação de Reforço no Litoral não implicará ônus ao Ministério Público, salvo a percepção da remuneração mensal a que fazem jus os servidores selecionados, pagamento de diárias e ressarcimento de despesas de transporte;

- O pagamento de diárias integrais no período da Ação de Reforço no Litoral somente será devido nas hipóteses em que houver comprovação de despesas com estabelecimento hoteleiro ou com locação de imóvel;

- Informações adicionais poderão ser obtidas pelos fones (51) 3295-8320 e 3295-8512 ou email: drhum@mprs.mp.br.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N. 252/2018

TORNO PÚBLICO, em cumprimento à determinação do Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, que se encontram abertas as inscrições para os servidores detentores do cargo de provimento efetivo de **Oficial do Ministério Público**, interessados em participar da Ação de Reforço no Litoral – 2019 na Promotoria de Justiça da comarca de Capão da Canoa, mediante pagamento de 04 (quatro) diárias por semana, de segunda-feira a sexta-feira (excluídos sábados, domingos e feriados). No caso de o servidor se deslocar nos finais de semana para a cidade de origem, a Instituição poderá realizar o pagamento de 01 diária integral relativa ao pernoite nos domingos, tendo em vista a necessidade de apresentação na Promotoria de Justiça da Ação de Reforço no Litoral às 8h30min, das segundas-feiras. Todas as diárias deverão estar acompanhadas de comprovantes, na forma do Provimento n. 30/2018. Somente serão ressarcidas as despesas com transporte de ida para o litoral e de retorno para a cidade de origem no início e no final da participação na Ação de Reforço no Litoral - 2019, com uso de transporte público (mediante apresentação das passagens) ou de veículo particular, em conformidade com o Provimento n. 30/2018. Os interessados deverão imprimir e preencher o formulário de inscrição, disponível na página da Divisão de Recursos Humanos na intranet (https://intra.mp.rs.gov.br/conteudointra/local_fs/areas/rhum/arquivos/formulario.pdf) e protocolar e enviar pelo Sistema de Protocolo Unificado (SPU), em meio virtual, com o assunto "Ação de Reforço no Litoral - 2019" à Divisão de Recursos Humanos, até o dia **07/12/2018**.

Quadro de vagas

Promotoria de Justiça	Janeiro (de 07/01 a 31/01/19)	Fevereiro (01/02 a 01/03/19)
Capão da Canoa	01	01

Condições Gerais:

- Vigência: de 07/01/2019 a 1º/03/2019;

- Assinalar a Promotoria de Justiça e o período (janeiro e/ou fevereiro) pretendidos;

- Declaração de ciência de que os dispêndios relativos a pernoites e refeições correrão por conta do servidor;

- Anuência da chefia imediata ou da Coordenação da Promotoria/Procuradoria de Justiça de origem;

- Ciência da Coordenação da Promotoria/Procuradoria de Justiça de que não serão remetidos substitutos durante a ausência dos servidores selecionados para participarem da Ação de Reforço no Litoral – 2019;

- Possibilidade de inscrição simultânea para os meses de janeiro e fevereiro em única Promotoria de Justiça;

- Seleção dos participantes, titulares e suplentes, ocorrerá por meio de sorteio público, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2018, às 15 horas, na sala de reuniões da Divisão de Recursos Humanos, localizada na Rua General Andrade Neves, n. 106 – 15º andar, Porto Alegre/RS;

- A efetividade dos participantes da Ação de Reforço no Litoral será comunicada pela Promotoria de Justiça em que os mesmos estiverem exercendo suas funções, via Sistema de Ponto Eletrônico – PontoSoft;

- A participação na Ação de Reforço no Litoral não implicará ônus ao Ministério Público, salvo a percepção da remuneração mensal a que fazem jus os servidores selecionados, pagamento de diárias e ressarcimento de despesas de transporte;

- O pagamento de diárias integrais no período da Ação de Reforço no Litoral somente será devido nas hipóteses em que houver comprovação de despesas com estabelecimento hotelheiro ou com locação de imóvel;

- Informações adicionais poderão ser obtidas pelos fones (51) 3295-8320 e 3295-8512 ou email: drhum@mprs.mp.br.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N. 253/2018

REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 404/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, MARCELO LEMOS DORNELLES, nos termos da portaria n. 1.650/2017, **RESOLVE**:

**ALTERAR**

- a Portaria n. 1057/2018, para substituir o Promotor-Corregedor JOSÉ EDUARDO COELHO CORSINI pelo Promotor-Corregedor RAFAEL CRUZ AMARAL, para integrar, sem prejuízo de suas atribuições originárias, o Grupo Temático sobre Execução Criminal (Port. 3383/2018).

DESIGNAR

- o Coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, na condição de Presidente, os Promotores de Justiça JOSÉ ALEXANDRE ZACHIA ALAN e ALÉCIO SILVEIRA NOGUEIRA, as Promotoras de Justiça XIMENA CARDOZO FERREIRA e MARISTELA SCHNEIDER, as Promotoras-Corregedoras CAMILA LUMMERTZ (titular) e DANIELA LUCCA DA SILVA (suplente) e os Promotores-Assessores HEITOR STOLF JÚNIOR, RODRIGO DA SILVA BRANDALISE, DIEGO ROSITO DE VILAS e RICARDO SCHINESTOCK RODRIGUES, para integrarem, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas atribuições originárias, Grupo Temático que elaborará Manual Prático de Investigação em matéria de patrimônio público e moralidade administrativa (Port. 3395/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 125/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 04 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 01) Processo n. 01623.000.078/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno:** 02) Processo n. 01650.000.934/2017: Objeto: investigar possível dano ambiental na Linha do Soturno junto ao antigo abatedouro da CAMNPAL, em Faxinal do Soturno. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 03) Processo n. 01698.000.105/2018: Objeto: trata-se de Auto de Infração lavrado durante a realização de força-tarefa nesta cidade, do Programa de Segurança Alimentar. 04) Processo n. 01698.000.106/2018: Objeto: trata-se de Auto de Infração lavrado durante a realização de força-tarefa nesta cidade, do Programa de Segurança Alimentar. 05) Processo n. 01698.000.108/2018: Objeto: trata-se de auto de infração lavrado durante a realização de força-tarefa nesta Cidade, do Programa de Segurança Alimentar. 06) Processo n. 01698.000.500/2018: Objeto: acompanhamento da regularização, perante o GSVG, de empresas de vigilância não armada na Comarca de Pelotas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-me-**

toque: 07) Processo n. 01796.000.591/2018: Objeto: investigar possível ocorrência de dano ambiental em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, mediante corte de árvores nativas e destruição de vegetação em estágios inicial e médio de desenvolvimento na bordadura de fragmento florestal, em dois pontos diversos, fora de área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, em área rural de 54,83 hectares, situada na localidade de Linha Faxinal, interior do Município de Victor Graeff. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata:** 08) Processo n. 01802.000.489/2018: BO Ambiental PATRAM - Leda Emilia Galante Priori - Objeto: destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 09) Processo n. 01826.000.028/2017: Objeto: apurar eventual irregularidade em licitação pública para contratação de empresa destinada à prestação de serviço para alienação de bens públicos através da plataforma de transação via web, no Município de Rodeio Bonito/RS. Requerente: prejudicado. Investigado: Ildo Trevisan. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 10) Processo n. 01872.000.191/2017: Objeto: corte seletivo de vegetação nativa em estágio inicial e médio de regeneração no entorno do Lago São Bernardo, Município de São Francisco de Paula, área de preservação permanente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz:** 11) Processo n. 01595.000.109/2017: Objeto: apurar o comércio irregular de medicamentos e de produtos cárneos sem a devida licença e fiscalização sanitária, por parte de José Adroaldo da Silva, em Linha Henrique Dávila (Vila Triângulo), Vera Cruz. **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata:** 12) Processo n. 00813.000.030/2018: Objeto: crime ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 13) Processo n. 01872.000.323/2017: Objeto: superlotação do Centro de Remoção e Depósito (CRD) de Veículos Guinchos Menegaz Ltda gerando prejuízo à segurança pública. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 14) Processo n. 01633.000.072/2016: Objeto: denúncia de possível contaminação do solo por vazamento de esgoto em estação de bombeamento localizada entre a Av. Ipiranga e a Rua Baronesa do Gravataí, nesta Capital. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Catuípe:** 15) Processo n. 01764.000.124/2018: Objeto: trata-se de relatório ambiental n.º 09/2018, oriundo do 2º Batalhão de Polícia Ambiental Santo Ângelo - RS, acompanhado do respectivo registro de ocorrência policial, relativo a dano ambiental contra a flora constatado em 25/05/2018, na localidade de Pontão Santo Antônio, no interior do município de Catuípe - RS, na propriedade pertencente a Márcio Gobo e arrendada por Ataídes Daronco. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca:** 16) Processo n. 01822.000.060/2017: Objeto: informa situação de concorrência desleal na comercialização de gás GLP no Município de Restinga Seca. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 17) Processo n. 01872.000.263/2017: Objeto: uso alternativo do solo, campo nativo, para conversão em lavoura sem licença ambiental. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 18) Processo n. 01872.000.162/2017: Objeto: queimada de campo sem licenciamento ambiental. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do**



Patrimônio Público de Porto Alegre: 19) Processo n. 01623.000.580/2017: Objeto: apurar irregularidades na conduta da diretora da EEEM José do Patrocínio, Magnólia Cortes Gomes, que se omite diante de fraudes em cartão-ponto, da falta de merenda para os alunos, quanto às irregularidades praticadas por Cipriano L. J. Lacerda, professor de matemática e vice-diretor noturno, o qual não leciona durante o dia desde o início do ano letivo, quando deveria fazê-lo, bem como não oferece segurança aos alunos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 20) Processo n. 01631.002.014/2018: Objeto: possível comercialização de produto impróprio ao consumo (gasolina) em Porto Alegre. **Encaminhado por Designação Excepcional - Claudia Formolo Hendler:** 21) Processo n. 01710.000.099/2017: Objeto: uso de agrotóxicos impróprio para o cultivo e/ou acima dos limites permitidos pelas normativas em vigor pelo investigado Orildo Menon. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana:** 22) Processo n. 01720.000.104/2018: Objeto: apurar a responsabilização civil referente ao dano ambiental consistente em crime contra a flora, por destruir vegetação nativa dentro de área de preservação permanente, no Bioma Mata Atlântica, e impedir ou dificultar a regeneração de vegetação através da retificação de canais de drenagem, sem licença ou autorização do Órgão Ambiental Competente. O dano ambiental ocorreu na Localidade de Rosário, interior do Município de Augusto Pestana/RS, sendo autor do dano e investigado José Anesi. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gaurama:** 23) Processo n. 01766.000.019/2018: Objeto: apuração da atividade de abate de animais de forma clandestina (sem inspeção e fiscalização sanitária) e sem as mínimas condições higiênicas-sanitárias, bem como a produção e eventual comercialização de produtos inadequados ao consumo. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá:** 24) Processo n. 01772.000.263/2017: Objeto: apurar degradação ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa fora de APP (FAPP), atingindo diversas espécies nativas (canelas, louros, camboatás, dentro outras pertencentes ao Bioma Mata Atlântica) sem os licenciamentos ambientais necessários. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos:** 25) Processo n. 01700.000.026/2018: Objeto: investigar possível incompatibilidade de carga horária de professores concursados do Instituto Federal Farroupilha e em escolas estaduais. 26) Processo n. 01700.000.358/2017: Objeto: investigar possível fraude envolvendo a contratação da Empresa Premier para fazer o concurso público aberto pelo Edital 50/17. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 8:** 27) Processo n. 01684.000.367/2018: Objeto: regularização dos limites de APP em área do Município de Palmeira das Missões, localizada próxima ao loteamento Eráclito Borges. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé:** 28) Processo n. 01806.000.185/2017: Objeto: investigar as medidas cabíveis em face de abaixo-assinado apresentado em face de eventos de motociclismo. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 126/18

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 04 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio:** 01) Processo n. IC.00715.00004/2017: Objeto: apurar a comercialização de produtos impróprios para o consumo. Investigado (a): Cooperativa Languiru - Filial Arroio do Meio (Supermercado), CNPJ n. 89.774.160/0045-12, sito na Rua Dr. João Carlos Machado, 917, Centro. Responsável pelo Setor: Renato R. Fritz. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 02) Processo n. IC.00723.00011/2015: Objeto: apurar suposto fracionamento irregular de valores e inexistência de prévio empenho na realização de serviços não confirmados pela Prefeitura. Partes: Mecânica Belenzier Ltda e Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canguçu:** 03) Processo n. IC.00738.00050/2015: Objeto: apurar possíveis danos ao consumidor e à saúde pública, em decorrência de prescrição de lentes corretivas por pessoa não habilitada. Investigado: Raquel Teixeira Tavares & Cia. Ltda. (Ótica Qvista), com sede na Rua Hipólito Ribeiro, 104, Canguçu, RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 04) Processo n. IC.00945.00007/2013: Objeto: potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo. Local/Investigado: Município de Pinhal. **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 05) Processo n. IC.01203.00023/2016: Objeto: possíveis ilegalidades na nomeação de médicos veterinários lotados em cargos comissionados no quadro funcional da Secretaria Especial dos Direitos dos Animais - SEDA em detrimento do provimento de cargos efetivos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete:** 06) Processo n. IC.00711.00072/2014: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de ocupação irregular em APP. Investigados: Edio de Freitas Dias, José Homero Dorneles de Almeida, Antônio Carlos Maffini e Luiz Carlos Antolini Nemitz. Local: Margens do Rio Ibicuí, 8º Subdistrito de Alegrete/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul:** 07) Processo n. IC.00728.00034/2016: Objeto: investigar e fiscalizar a concessão de licença ambiental para a Cooperativa de Reciclagem Solidários - COCARI, Cachoeira do Sul. Investigados: Cocari (Cooperativa de Recicladores Solidários) e Município de Cachoeira do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Catuípe:** 08) Processo n. IC.00747.00007/2015: Objeto: dano ambiental ocasionado pela atividade de lavagem de veículos em desacordo com a legislação ambiental vigente. Investigado: Marcelo Pereira. Local: Rua Honorato Pasquali, 146, Catuípe. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cerro Largo:** 09) Processo n. IC.00751.00023/2016: Objeto: investigar possível fracionamento irregular de aquisições de materiais junto à empresa Marcos D. Makaioski - ME sem a realização da correspondente licitação ou procedimento de dispensa de licitação, no ano de 2010. **Encaminhado por 1º Promotor de**



Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim: 10) Processo n. IC.00763.00063/2017: Objeto: investigar a ocorrência de eventual ato de Improbidade Administrativa com afronta ao Princípio da Legalidade, por manter no serviço público servidora que desempenha função de fiscal sanitária e, concomitantemente, atua como responsável técnica em empresa distribuidora de medicamentos. 11) Processo n. IC.00763.00064/2016: Objeto: investigar ocorrência de eventual ato de improbidade administrativa no fornecimento irregular para terceiros de asfalto ou matéria prima produzida no britador do Município de Erechim. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé:** 12) Processo n. IC.00788.00036/2014: Objeto: apurar ato de improbidade administrativa relativo ao favorecimento de laboratórios na contratação e pagamentos de exames em compensação à contratação da investigada, nora do Prefeito Municipal, para prestar serviços terceirizados a eles. 13) Processo n. PI.00788.00008/2015: Objeto: recebida petição do Vereador Paulo Girolodi informando acerca da falta de professores nas escolas estaduais do município de Guaporé, embora haja profissionais aprovados no ultimo concurso aguardando nomeação. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina:** 14) Processo n. IC.00791.00007/2017: Objeto: improbidade administrativa. Partes: Zuleica Joseli Savicki Wehner e Alessandro Rafael dos Santos. Local: Câmara de Vereadores, Rua Balduino Schneider, 375 - Horizontina-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos:** 15) Processo n. IC.00800.00009/2017: Objeto: investigar suposto uso de caminhões da prefeitura para transportar materiais (pó de brita) em favor de particular. Requerente: prejudicado. Investigado: Ildo Trevisan. Local: Júlio de Castilhos. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça - Educação - Cristiane Corrales:** 16) Processo n. IC.00949.00015/2016: Objeto: apurar irregularidades nas condições de funcionamento da Extensão da E.M.E.I. Sementinha, localizada na Rua Rio Jacuí, n. 377, em Xangrilá, bem como acompanhar os procedimentos de adaptação e adequação do estabelecimento de ensino. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 17) Processo n. IC.00945.00035/2014: Objeto: investigar a supressão de vegetação nativa sem licença ambiental. Local: na Linha São José, interior de Novo Tiradentes. Nome: Angelina Joana Benedetti. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí:** 18) Processo n. IC.01129.00014/2016: Objeto: apurar o dano ambiental cometido, em tese, por Adão Gilmar Silva da Costa, consistente em fazer funcionar atividade potencialmente poluidora sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e/ou contrariando as normas legais e regulamentares. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 19) Processo n. IC.00876.00024/2013: Objeto: o corte raso de cinco árvores nativas, 03 timbós e 02 mamica-de-cadela, em área que não foi possível pesquisar se é de preservação permanente, em propriedade do investigado. Investigado: Localidade de Rincão dos Paiva, interior do Município de Santo Augusto. Investigado: Edi Verener Jann. 20) Processo n. IC.00876.00031/2013: Objeto: corte de galhos de duas árvores nativas (Ingá Vera), localizadas em passeio público. Investigado: Edir Bidal Garcia. Local: Rua Rio Branco, n. 1196, Bairro Centro, Santo Augusto/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 21) Processo n. IC.00882.00051/2016: Objeto: investigar a criação/alteração de cargos e padrões de vencimentos através de legislação municipal sem impacto financeiro e em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo:** 22)

Processo n. IC.00890.00011/2015: Objeto: investigar eventuais irregularidades em depósito de resíduos sólidos, sem o devido licenciamento. Investigado: Cirço Martins da Rocha. Local: Rua Campo Bom, n. 1000, Bairro Campina, nesta Cidade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 23) Processo n. IC.00900.00035/2016: Objeto: investigar eventual prejuízo à coletividade, decorrente da inadequação do serviço de vigilância sanitária prestado pelo Município de São Valentim. **Encaminhado por Designação Excepcional - Daniel Soares Indrusiak:** 24) Processo n. IC.00910.00029/2017: Objeto: apurar irregularidades quanto ao pagamento de subsídio ao Prefeito Municipal, Vice Prefeito Municipal e Vereadores do Município de Cerro Grande do Sul/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 25) Processo n. IC.00911.00068/2017: Objeto: possível prática de nepotismo. Investigados: João Carlos de Moura, Marcia Magali de Moura, Amarildo Missel Rejane Missel, Tito Lívio Jaeger Filho. 26) Processo n. PI.00911.00009/2018: Objeto: apurar eventual prática de ato ímprobo, diante da possível ofensa ao princípio da impessoalidade pelo favorecimento de determinadas pessoas vinculadas à administração municipal mediante contratação por meio de convênio. Investigados: Município de Rolante, CNPJ n. 90.936.956/0001-92, com sede administrativa à Av. Getúlio Vargas, 110, Rolante/RS. Fundação Hospitalar de Rolante, CNPJ 89.667.893/0001-37, estabelecida Rua Carlos Huff, N. 150 - Centro, Rolante/RS. Local: Rolante/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo:** 27) Processo n. IC.00918.00007/2006: Objeto: eventual ocorrência de improbidade administrativa, em face de irregularidades na contratação de serviços pela Prefeitura Municipal de Triunfo. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA:** **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé:** 28) Processo n. IC.00952.00002/2001: Objeto: extração irregular de areia. Em apenso: IC.00952.00003/2004. Em apenso: IC.00952.00010/2008. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago:** 29) Processo n. IC.00871.00014/1998: Objeto: apurar fatos referentes à ilegalidade da cedência de prédio público para uso particular. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE:** **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo:** 30) Processo n. IC.00918.00033/2015: Objeto: apurar improbidade administrativa referente ao não cumprimento de carga horária por Sandra Teresinha Maia no ano de 2012. **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 31) Processo n. IC.01128.00007/2018: Objeto: averiguar irregularidades na ILPI Mônica Regina Briddi Romeira - ME, nome de fantasia Residencial Solaris São Jorge, situada na Rua Leopoldo Tietbohl, n. 60, Bairro Jardim Planalto, nesta Capital. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alvorada:** 32) Processo n. IC.01177.00007/2013: Objeto: verificar eventual necessidade de medidas quanto ao atendimento prestado pelo Município de Alvorada a pessoas com deficiência. **Encaminhado por Designação Excepcional - Simone Annes Keunecke:** 33) Processo n. IC.01220.00004/2018: Objeto: investigar eventual poluição sonora produzida pela empresa Unidasul Distribuidora Alimentícia S.A., e sua adequação aos limites estabelecidos para o local. Investigada: Unidasul Distribuidora Alimentícia S.A. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá:** 34) Processo n. IC.00792.00005/2016: Objeto: apurar a situação de perturbação do sossego público na Rua do Comércio, centro de Ibirubá. Investigado: Município de Ibirubá. Local: Rua do



Comércio, Centro de Ibirubá/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 35) Processo n. IC.00801.00027/2016: Objeto: apurar suposta fraude em concurso público realizado no Município de Muliterno/RS. Investigados: Maurílio Pitton, Altair Luis Roling e Acesso Concursos Ltda. ME. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 36) Processo n. IC.00814.00009/2018: Objeto: apurar os possíveis danos ocorridos na Casa Brandenburger, de possível valor histórico-cultural, situada na Rua Engenheiro Ignácio Cristiano Plangg, n. 109, em Novo Hamburgo. Investigado: A apurar. Local: Rua Engenheiro Ignácio Cristiano Plangg, n. 109, Novo Hamburgo. 37) Processo n. IC.00814.00094/2017: Objeto: apurar possível reforma irregular, sem licença do Município, no imóvel da Rua Engenheiro Ignácio Cristiano Plangg, n. 109 (local onde funciona a escola de inglês CNA), em Novo Hamburgo/RS. Local: Ignácio Chistiano Plangg, n. 109, Novo Hamburgo. Investigado: A apurar. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 38) Processo n. IC.00820.00017/2013: Objeto: verificar a regularidade de atuação dos órgãos públicos estaduais e municipais encarregados de fiscalizarem os estabelecimentos e eventos, públicos e privados, de qualquer natureza, na cidade de Passo Fundo. Requerente: iniciativa ministerial. Requeridos: Município de Passo Fundo e Corpo de Bombeiros. Local: Passo Fundo, RS. 39) Processo n. IC.00820.00165/2017: Objeto: prática de poluição sonora, localizada na Rua Lava Pés, 3048, Bairro Boqueirão, nesta cidade, tendo como investigada a Cancha de Bocha da Capela Cristo Redentor, e como requerente o 3º BABM. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 40) Processo n. IC.00945.00020/2015: Objeto: apurar dano ambiental ocasionado pela supressão de vegetação de origem nativa, com uso de trator, sem alvará de licenciamento, na Linha Santo Antônio, em Pinhal/RS. 41) Processo n. IC.00945.00032/2014: Objeto: investigar supressão de vegetação nativa sem licença ambiental. Local: na Linha Barra do Bugre, interior de Cerro Grande/RS. Nome: Ernani Tadeu Blau. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 42) Processo n. IC.00867.00020/2017: Objeto: apurar a abertura de poço tubular sem a devida anuência prévia e outorga do DRH/SEMA. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 43) Processo n. IC.00876.00021/2014: Objeto: sigiloso. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo:** 44) Processo n. IC.00918.00011/2015: Objeto: sigiloso. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão:** 45) Processo n. IC.00930.00095/2017: Objeto: investigar dano à tutela coletiva dos consumidores, com base no art.18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90, decorrente da oferta de produto alimentício impróprios para o consumo, no estabelecimento denominado COMABEM, localizado na Avenida Senador Salgado Filho, n. 3561, em Viamão-RS. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO:** **Encaminhado por Designação Excepcional - Claudia Formolo Hendler:** 46) Processo n. IC.00714.00011/2005: Objeto: apurar a ocorrência de possíveis atos de improbidade administrativa, perpetrados pelo Sr. Marcos Scopel, Prefeito Municipal de Antônio Prado e/ou por servidores municipais, consistentes em contratações irregulares para o cargo de motorista e/ou outros. Local: Município de Antônio Prado. Partes: Marcos Scopel e/ou outros servidores. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 47) Processo n. IC.00718.00022/2018: Objeto: apurar sobre existência de pista de Motocross Country sem licença do órgão ambiental

competente. Investigado: Éder Pereira Gonçalves. Local: Aceguá. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 48) Processo n. IC.00723.00020/2015: Objeto: apurar ausência de dados referentes aos serviços terceirizados no site da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Partes: Município de Bento Gonçalves. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 49) Processo n. IC.00722.00032/2017: Objeto: para o fim de confirmar a existência de nascentes em área objeto de loteamento para fins residenciais (Loteamento Peruffo) e, nesta hipótese, verificar as ações de proteção à área de preservação permanente. Investigados: Lex Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Bento Gonçalves. Local: Loteamento Peruffo, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 50) Processo n. IC.00726.00016/2014: Objeto: investigar suposto caso de infração ambiental, consubstanciada em corte de árvores em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente reconhecida, sem permissão da autoridade competente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 51) Processo n. IC.00726.00002/2016: Objeto: apurar eventuais ilegalidades na utilização de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente pelo Município de Caçapava do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul:** 52) Processo n. IC.00728.00026/2014: Objeto: apurar construções irregulares em áreas de preservação permanente, no Passo do Seringa. Investigado: Oly de Castro Ayres, residente na Rua Félix da Cunha, 890, Cachoeira do Sul. 53) Processo n. IC.00728.00035/2017: Objeto: investigar o funcionamento de estabelecimento comercial sem o devido licenciamento ambiental em desconformidade com a Resolução n. 288/2014, do CONSEMA, bem como a oferta e comercialização de produtos impróprios para o consumo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 54) Processo n. IC.00739.00025/2016: Objeto: apurar possível dano ambiental à fauna em razão da omissão do Município de Nova Santa Rita na efetivação de uma política pública clara e eficiente no que tange à castração de animais domésticos. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 55) Processo n. PI.00748.00074/2018: Objeto: área da matrícula N. 24.481 do CRI DA 2ª ZONA - loteamento irregular ou clandestino - regularização fundiária e proteção ao direito de moradia. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 56) Processo n. IC.00754.00003/2016: Objeto: apurar possível ato de improbidade administrativa consistente em ceder maquinário de propriedade do Município de Boa Vista do Cadeado para uso em obra particular em área arrendada por Mauro Daltrozo e Márcio Daltrozo naquela localidade (Granja, nos anos de 2012 e/ou 2013. Investigados: Mauro Daltrozo e Márcio Daltrozo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul:** 57) Processo n. IC.00761.00026/2013: Objeto: descrição não informada. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha:** 58) Processo n. IC.00771.00020/2018: Objeto: dano ambiental decorrente do exercício de atividade de reciclagem de resíduos sólidos diversos, sem licença e/ou autorização do órgão competente. Investigado: Martins Aurélio de Souza Neto. Local: Farroupilha. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 59) Processo n. IC.00820.00006/2006: Objeto: apurar a prática de poluição hídrica. Requerente: Secretaria Municipal do Meio



Ambiente (SMAM). Investigado: companhia Rio-Grandense - Corsan. Local: Passo Fundo/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Aljaira Lima Terra:** 60) Processo n. IC.00824.00093/2017: Objeto: apurar deficiência no serviço prestado pelas empresas de transporte coletivo na linha Pelotas-Capão do Leão. Investigados: Empresa de Transporte Santa Silvana Ltda. e Bosenbeckertur Agência de Viagens e Turismo Ltda. Interessado: Paulo Sergio Freitas Mendes. Local: Capão do Leão e Pelotas/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 61) Processo n. IC.00824.00219/2017: Objeto: eventual prática abusiva de consumo, consistente em informação equivocada quanto ao preço dos produtos, com divergência entre o valor de exposição e o de cobrança. Local: Pelotas. Representante: Gabriel Gonçalves Fabres. Investigado: WMS Supermercados do Brasil Ltda. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul:** 62) Processo n. IC.00856.00015/2017: Objeto: apurar possíveis irregularidades na cobrança de Contribuição Municipal para o Custeio da Iluminação Pública. Partes: Município de Rosário do Sul e RGE Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A. Interessado: Jair Rodrigues Mendes, Vereador de Rosário do Sul. Local: Rosário do Sul/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul:** 63) Processo n. IC.00856.00008/2016: Objeto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental por parte de Fabiane Martini, proprietária da Fazenda Conquista, nesta cidade, uma vez que teria construído um açude na citada propriedade rural sem autorização do órgão ambiental competente. Parte: Fabiane Martini. Local: Rosário do Sul/RS. 64) Processo n. IC.00856.00027/2012: Objeto: apurar eventual irregularidade na fiscalização e apreensão de animais, em consonância com o disposto na Lei Municipal n. 2.863, de 26 de janeiro de 2009, pelo Poder Público Municipal; bem como possíveis irregularidades cometidas pela Associação Rosariense de Defesa dos Animais. Partes: Município de Rosário do Sul e Associação Rosariense de Defesa dos Animais. Local: Rosário do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul:** 65) Processo n. IC.00736.00003/2013: Objeto: apurar a existência de vagas em creches e pré-escolas no município de Candelária, a fim de dar cumprimento ao projeto Educação Infantil. 66) Processo n. IC.01139.00002/2015: Objeto: verificar a insuficiência de vagas na educação infantil no município de Cruzeiro do Sul. 67) Processo n. IC.01139.00010/2015: Objeto: apurar eventual irregularidade no funcionamento da EMEI primeiros passos no que diz com a existência/inexistência de alvará de prevenção e proteção contra incêndios (PPCI). Investigado: EMEI Primeiros Passos. Local: Lajeado/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Everton Luís Resmini Meneses:** 68) Processo n. IC.01234.00059/2015: Objeto: apurar a ocorrência de poluição sonora por ocasião das atividades de "MotoCross" promovidas pelo Moto Clube de Santana do Livramento e pela empresa Lanes e Rigol Ltda., no Centro de Eventos Umbu; outrossim, a revalidação da Licença de Operação LO n. 01375/2014, vencida em 25 de julho de 2015, e a adequação do Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndios, expedido pelo Corpo de Bombeiros local, vez que destinado especificamente à atividade de "rodeio crioulo". **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo:** 69) Processo n. PI.00887.00075/2017: Objeto: apurar negligência da administração municipal perante as diversas reclamações referentes a uma piscina abandonada na Avenida Espanha, n. 234, esquina com o Largo do Mineiro, Bairro Centro, no Município de Arroio dos Ratos - RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul:** 70) Processo n. IC.00893.00013/2016:

Objeto: apurar a regularidade da interdição do ECOPONTO, local de depósito de resíduos recicláveis a cargo do Município de São Lourenço do Sul/RS, localizado na Av. Santos Abreu, em São Lourenço do Sul/RS. 71) Processo n. IC.00893.00038/2014: Objeto: investigar a regularidade da demolição dos prédios registrados sob matrículas n. 6.711 e n. 8.277 do Registro de Imóveis de São Lourenço do Sul/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 72) Processo n. IC.00907.00004/2015: Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa, atividade potencialmente poluidora, através de corte, sem o devido licenciamento ambiental. Investigado: Tovar Guerra Casagrande. Local: Localidade Pinhal Soledade/RS. 73) Processo n. IC.00907.00009/2016: Objeto: apurar possível existência de serraria e madeireira, denominada Allindo Hofmamm, sem que possua licenciamento ambiental, nem mesmo possui cadastro florestal, alvará municipal, cadastro técnico federal, PPCI, DOF, além de estar depositado no pátio inúmeras toras de árvores nativas, como pinheiro brasileiro, sem a procedência. Investigado: Romildo Santos Hoffmann. Local: Localidade de São Sebastião, 1º Distrito, Soledade. 74) Processo n. IC.00907.00012/2017: Objeto: apurar possível ato de improbidade administrativa, tendo em vista o não cumprimento da carga horária adequada por parte do médico pediatra Douglas Sauer Comin. Investigado: Douglas Sauer Comin, Cassiana Betin Lago, Clodoir Luciano Lago. 75) Processo n. IC.00907.00021/2006: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de destoque de mata nativa em APP. Local: Linha Quebra Dente, Município de Ibirapuitã/RS. Investigado: Ari José Gauer dos Santos (Silidinho). 76) Processo n. IC.00907.00022/2017: Objeto: apurar possíveis irregularidades na prorrogação dos contratos administrativos decorrentes do certame Pregão Presencial n. 03/2014, o qual se encontra com prazo de vigência vencido (prazo máximo de 24 meses). Investigado: Município de Mormaço, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 92451038000107, com sede na Av. Willibaldo Koenig, n. 864, Centro, Mormaço/RS. Local: Município de Mormaço/RS. 77) Processo n. IC.00907.00054/2016: Objeto: apurar possíveis irregularidades na contratação de fisioterapeutas, tendo em vista a existência de concurso vigente para preenchimento de cargo efetivo (Edital 07/2016 - homologação em 08.01.2016), no Município de Soledade/RS. Investigado: Município de Soledade, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.87.738.530/0001-10, com sede administrativa na Av. Júlio de Castilhos, 898, Centro, em Soledade/RS. Local: Município de Soledade. 78) Processo n. IC.00907.00106/2011: Objeto: apurar dano ambiental ocasionado por destoque de espécies nativas, com uso de trator, sem licença de órgão ambiental competente. Local: Linha Santos Vaz, interior no Município de Ibirapuitã/RS. Investigado: Ciro Kurz. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 10:** 79) Processo n. IC.00910.00003/2018: Objeto: apurar a ocorrência de dano ambiental consistente na supressão de vegetação nativa em área de 1096,8 metros quadrados na propriedade do investigado, bem como utilização de fogo para impedir a regeneração natural da vegetação. 80) Processo n. IC.00910.00006/2018: Objeto: apurar dano ambiental, consistente em poluição por intermédio de estabelecimento poluidor com licença de operação vencida, bem como dano à flora. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 81) Processo n. IC.01202.00036/2015: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística tendo em vista os alagamentos ocorridos em face da demora na execução das obras do Plano Diretor de Drenagem Urbana da Bacia Hidrográfica do Arroio Areia, tendo em vista que as redes de drenagem das Ruas José



Scutari, Rua Libero Badaró próximo à Rua Anita Garibaldi serão beneficiadas com o Projeto do Coletor Geral da Rua Anita Garibaldi que desviará a drenagem de montante pela via, eliminando contribuições externas no coletor de fundos, que drena as referidas ruas. Interessada: Coletividade e Sr. Erlei Cesar Fiegenbaum. Investigado: Município de Porto Alegre. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 82) Processo n. IC.00732.00036/2012: Objeto: apurar possível ocorrência de danos ambientais em corpo hídrico (Rio Camaquã) decorrente de atividades de extração de areia de seu leito e utilização irregular de recursos hídricos, em área rural de Camaquã/RS, tendo como investigados Rodolfo Bartz e Maria Helena Bartz. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canela:** 83) Processo n. IC.00737.00058/2011: Objeto: utilização de poço artesiano como fonte alternativa para o abastecimento de água, na Rua Adalberto Wortmann, n. 1465, em Canela. Investigado: Antônio de Brito. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Caxias do Sul:** 84) Processo n. IC.00748.00169/2012: Objeto: verificação do atendimento das recomendações feitas no item 8.3 do relatório de monitoramento N. 23/2011 pela EEEF Mateo Gianella. Representante: Centro de Apoio operacional da infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões. Investigada: Escola Estadual de Ensino Fundamental Mateo Gianella, localizada em Caxias do Sul, RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 85) Processo n. IC.00762.00123/2011: Objeto: apurar a abertura de uma vala para escoamento de água que estava armazenada em um depósito de água até uma nascente, sem autorização do órgão ambiental, fato constatado no dia 19 de maio de 2011, na Linha Seis, Seção Ligeirinho, interior do Município de Erechim (RS), tendo como investigado Adelar Martin Cecconello. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí:** 86) Processo n. IC.00784.00006/2009: Objeto: apurar a insuficiência do quadro de agentes comunitários de saúde e equipes de saúde da família no município de Gravataí. Local: em Gravataí. Investigado: Município de Gravataí. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 87) Processo n. IC.00811.00004/2016: Objeto: procedimento 113/2.16.0000432-7. Dano ambiental. Abertura de acesso e supressão de vegetação em área de preservação permanente, no entorno do lago da Barragem Foz do Chapecó. Localidade de Linha Barra da Foice, Rio dos Índios/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul:** 88) Processo n. IC.00951.00025/2016: Objeto: constatação de estabelecimento em funcionamento sem as devidas autorizações ambientais e laudos de controle de poluição. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 89) Processo n. IC.00824.00044/2018: Objeto: possível apresentação de documentos falsos para renovação de alvará sanitário. Local: Pelotas. Investigado(s): Maria da Glória da Silva Mattozo (3 Nossa Senhora) e a definir. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul:** 90) Processo n. PA.01139.00015/2017: Objeto: PA Fiscalização permanente do APPCI as AL e CAF da EEI Instituto Encanto, de Taquari. 91) Processo n. PA.01139.00015/2018: Objeto: fiscalização permanente APPCI AL AS e CAF da Associação Educacional Cantinho Feliz - Filial Centro - localizada na Rua Marechal Floriano, N. 1492, Centro, em Santa Cruz do Sul. 92) Processo n. PA.01139.00067/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e as do Colégio Cenecista João Batista de Mello, de Lajeado. 93) Processo n. PA.01139.00095/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS do Colégio Romano Nossa Senhora Auxiliadora, de Rio Pardo. 94)

Processo n. PA.01139.00116/2016: Objeto: fiscalização permanente dos APPCI e dos alvarás de saúde da Escola de Educação Infantil Arco-Íris, de Salto do Jacuí. 95) Processo n. PA.01139.00147/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Sonho de Criança, de Taquari. 96) Processo n. PA.01139.00148/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Esconderijo Sapeca, de Taquari. 97) Processo n. PA.01139.00153/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Tia Ana, de Anta Gorda. 98) Processo n. PA.01139.00158/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Atalaia, de Arroio do Meio. 99) Processo n. PA.01139.00159/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Criança Esperança, de Arroio do Meio. 100) Processo n. PA.01139.00161/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Pimpolho, de Arroio do Meio. 101) Processo n. PA.01139.00162/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Professora Rita, de Arroio do Meio. 102) Processo n. PA.01139.00163/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Trenzinho da Alegria, de Arroio do Meio. 103) Processo n. PA.01139.00164/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Raio de Sol, de Arroio do Meio. 104) Processo n. PA.01139.00165/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS da Escola de Educação Infantil Turma da Mônica, de Arroio do Meio. 105) Processo n. PA.01139.00169/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e do AS do Colégio Cenecista Mário Quintana, de Encantado. 106) Processo n. PA.01139.00190/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e as da Escola de Educação Infantil Gente Inocente, em Santa Cruz do Sul. 107) Processo n. PA.01139.00196/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e AS da Escola de Educação Infantil Crescer, em Santa Cruz do Sul. 108) Processo n. PA.01139.00218/2016: Objeto: fiscalização permanente da Associação Educacional Cantinho Feliz - Filial - que atende a educação infantil, localizada na RSC 287, km 93, Linha Pinheiral, em Santa Cruz do Sul, no tocante ao APPCI, ao Alvará de Saúde e ao Alvará de Licença. 109) Processo n. PA.01139.00219/2016: Objeto: fiscalização permanente da escola de educação infantil particular Brinquedoteca Kinder Haus, localizada na Rua Carlos Trein Filho, n. 760, em Santa Cruz do Sul, no tocante ao APPCI, ao Alvará de Saúde e ao Alvará de Licença. 110) Processo n. PA.01139.00222/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI da Escola de Educação Infantil Hora do Recreio, de Santa Cruz do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 111) Processo n. IC.00867.00006/2016: Objeto: apurar o corte de 18 (dezoito) árvores nativas, em uma área de 160 m2 sem licenciamento ambiental do órgão competente. Investigado: Evandro Perius Pedrozo. Local: Santa Rosa. **RELATOR: CONSELHEIRO EDUARDO BERNSTEIN IRIART:** **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 112) Processo n. IC.00723.00011/2010: Objeto: averiguar possíveis irregularidades no atendimento pelo SUS junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bento Gonçalves. **RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO COSTA PEREIRA:** **Encaminhado por Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais - Nucam:** 113) Processo n. IC.00950.00035/2006: Objeto: inquérito civil regional - pesca predatória, criação de peixes exóticos, esgoto sem tratamento, utilização de defensivos agrícolas, irrigação superficial e a dessedentação animal no Baixo Rio Jacuí. Vinculado ao IC 00950.00035/2008 EM 29.10.2010. **Encaminhado por**



Designação Excepcional - Bárbara Pinto e Silva: 114) Processo n. IC.00899.00030/2016: Objeto: apura ocorrência de dano ambiental, ocorrido no Município de Vila Nova do Sul, na propriedade de Marcelo Romio (coordenadas geográficas S30°19'06.8" e W053° 55'29.0"), decorrente de plantação de milho em área de preservação permanente, deixando o senhor Marcelo Romio. Investigado: Marcelo Romio. Local: Vila Nova do Sul-RS. Comarca: São Sepé. **RELATORA: CONSELHEIRA DIRCE CARVALHO SOLER: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago:** 115) Processo n. IC.00871.00011/2005: Objeto: danos ambientais decorrentes do corte seletivo de folhosas nativas e a consequente transformação em palanques e lenha. 116) Processo n. IC.01223.00009/2016: Objeto: dano ambiental decorrente da supressão de mata nativa, atingindo uma área de 20 hectares, em desacordo com licença outorgada, e construção de um açude fora de área de preservação permanente, mas sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, na Localidade de Lobo D'Ávila, interior do Município de Santiago/RS. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 127/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 04 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI:** 01) Processo n. PR.00975.00016/2018-7: SIM - Homologação de arquivamento - IC.01633.000.349/2017 Objeto: poluição sonora ocasionado por um transformador da CEEE localizado dentro do prédio na Rua dos Andradas n. 497, nesta cidade. 02) Processo n. PR.00975.00021/2018-7: SIM - Homologação de arquivamento - IC.01740.000.030/2017 Objeto: investigar possíveis irregularidades relativas a parcelamento irregular do solo em área de expansão urbana objeto da matrícula n. 17.249 do Cartório de Registro de Imóveis de Cerro Largo. 03) Processo n. PR.00975.00042/2018-3: SIM - Homologação de arquivamento - IC.01581.000.339/2017. Objeto: reivindicação de pais contra o fechamento de escolas em Santo Cristo. 04) Processo n. PR.00975.00080/2018-3: SIM - Homologação de arquivamento - IC.01812.000.132/2017. Objeto: investigar sobre a regularidade do estabelecimento Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio, em que haja ou possa haver aglomeração de pessoas, com relação à outorga de APPCI. 05) Processo n. PR.00975.00096/2018-9: SIM - Homologação de arquivamento - IC.01631.001.764/2017. Objeto: fornecimento de produto com agrotóxico em desacordo com as normas regulamentares. 06) Processo n. PR.00975.00172/2018-8: SIM - Homologação de arquivamento - IC.01623.000.362/2017. Objeto: apurar possíveis irregularidades no âmbito da Secretaria de Estado da Educação concernentes à preterição de candidato

aprovado no Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Quadro de Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul - Edital SEDUC/RS n. 01/2013, por conta de contratações temporárias; favorecimento de professor contratado temporariamente na Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Barroso, na Ilha da Pintada, em Porto Alegre, em detrimento de ocupante de cargo efetivo. 07) Processo n. PR.00975.00623/2017-2: SIM - Homologação de arquivamento - IC.01882.000.026/2016 - Objeto: apurar e quantificar o dano ambiental provocado em razão da extração de terra com licença ambiental vencida. 08) Processo n. PR.00975.00625/2017-7: SIM - Homologação de arquivamento - IC.01642.000.081/2017 - Objeto: regularização de obra e projeto aprovado pelo Município de Canela. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE:** 09) Processo n. PR.00975.00138/2018-9: SIM - Homologação de arquivamento - IC.01782.000.027/2017 - Objeto: apurar crime ambiental por fazer funcionar atividade potencialmente poluidora - Lavagem de Carro, Lavador Central - sem licença ambiental dos órgãos competentes ou em desacordo às normas regulamentares pertinentes. 10) Processo n. PR.00975.00598/2017-6: SIM - Homologação de arquivamento - PP.01776.000.133/2017 - Objeto: apurar dano ambiental decorrente do corte de vegetação nativa e intervenção em área de preservação permanente, desprovido de alvará/autorização expedida pelo órgão ambiental competente. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 128/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 04 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO: Encaminhado por Designação Excepcional - Felipe Teixeira Neto:** 01) Processo n. PA.01336.00007/2017: Objeto: acompanhar a prestação de contas do Convênio n. 42/2007 referente a Educação Ambiental, realizado entre o Consórcio Pró-sinos e o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 129/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 04 de



dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI: 01) Processo n. RD.01411.01049/2018:** Objeto: (descrição não informada). **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES: 02) Processo n. PR.00975.00739/2018-4:** SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01802.000.605/2018 - Objeto: denúncia referente a concurso de Nova Prata - Edital 001/2018 - quanto à ausência de isenção de inscrição. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO: 03) Processo n. PR.00975.00758/2018-4:** SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01623.000.696/2018 - Objeto: apurar suposta irregularidade na falta de Concurso Público para o cargo de Coordenador de Correição. **04) Processo n. PR.00975.00764/2018-2:** SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01593.000.191/2018 - Objeto: passeio turístico de helicóptero. **05) Processo n. RD.01506.00156/2018:** Objeto: Resido em Canoas, rua residencial, onde consta colado a parede de minha casa, um prédio comercial com depósitos, estes empresários, donos, desde 2013, vem me causando danos patrimoniais, na qual ensejou, primeiramente um acordo formal, onde me pagaram danos de 5.000,00 por eles provocados, depois disto, não houve mais acordo, na qual ensejou registros de ocorrências Policiais, por danos e perturbação, alguns dos registros infrutíferos, mesmo pleiteando pela representação. Posterior, ajuizei ação judicial por danos morais e danos patrimoniais, Proc. n. 1.17.0015055-9 tendo liminar positiva em 06/12/2017 para que os acusados, deixassem de transitar com veículos sobre a minha calçada, tal liminar nunca foi acatada pelos acusados, continuaram as práticas de abuso do direito de vizinhança reiteradamente e diuturnamente. Os acusados instalaram câmaras fria ao lado da parede da minha casa, com motores potentes, que fazem ruídos e roncões altíssimos numa constância insuportável, causando tremores e ruídos dentro dos dormitórios e demais partes da minha casa, causando desconforto e transtornos dia e noite, faz manejo de mercadorias nos depósitos a qualquer hora, trouxe insetos, roedores, que antes não tinha, transita sobre a minha calçada com caminhões, carros, caminhonetes, provocou rachaduras em quase todas as paredes da casa, rompeu encanamentos de água, quebrou vidros de janelas, fez instalações de escoamento da água da chuva no prédio comercial que provocou erosão e desmoronamento da minha calçada, utilizou parte da parede da casa para afixar o telhado do prédio comercial (desmanchou e reinstalou corretamente em 01/2018 depois que foi citado do processo) protocolei na Prefeitura de Canoas por duas vezes, pedidos cobrando soluções que até o momento não ocorreu, Prot. Mun. 00.024.355/2018-1/1 e Prot. n. 0239352018, refiz os registros de Ocorrência na DP Online, estou aguardando prosseguimento, ante o exposto, com as devidas vênias, aguardo intervenção de V.Ex.^a. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 130/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 04 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA: 01) Processo n. PR.00975.00781/2018-6:** SIM - Arquivamento NF - Reexame - PP.02360.000.166/2018 - Objeto: sigiloso. **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI: 02) Processo n. RD.00030.00175/2015:** Objeto: sigiloso. **03) Processo n. RD.00732.00039/2018:** Objeto: denúncia sobre atos praticados pelo chefe do Poder Executivo do Município de Chuvisca/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: 04) Processo n. PR.00975.00763/2018-4:** SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01518.000.212/2018 - Objeto: Denúncia. Carga Horária. Servidora Pública. **05) Processo n. PR.00975.00819/2018-4:** SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01882.000.467/2018 - Objeto: Denúncias: Fato 1 O secretário da saúde e Vice Prefeito de Tupandi, Paulinho Ludvig, desde o início na investidura de cargo de Secretário Municipal Saúde o Sr. Paulinho não cumpri o que é estabelecido em Lei, ele quase nunca está no seu local de trabalho. Isso porque ele é radiologista da empresa XRaiotect Ltda da qual é sócio. Fato 2 Cargos e suas cargas horárias no município de Tupandi. Nova lei não fixa novas cargas horárias e muitos Ccs estão liberados a não bater o ponto eletrônico em Tupandi. Fato 3 Benefícios são aprovados em lei sejam usados de forma política, para agradar apadrinhados políticos e para conquista de votos. Uso da máquina pública para se beneficiar nas eleições de 2016. **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES: 06) Processo n. PR.00975.00710/2018-5:** SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01738.000.694/2017 - Objeto: denúncia sobre irregularidades no Município de David Canabarro. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO: 07) Processo n. PR.00975.00783/2018-2:** SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01872.000.422/2018 - Objeto: Festival de Outono 2018. **RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO COSTA PEREIRA: 08) Processo n. RD.01604.00031/2018:** Objeto: sigiloso. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de novembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2507

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICADO N. 015/2018-CGMP

A **CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, nos termos do § 3.º do artigo 3.º do Provimento n. 004/2017-CGMP, divulga o cronograma das **correções ordinárias** para o mês de janeiro de 2019:

Janeiro de 2019		
Data	Promotoria de Justiça	
09	Porto Alegre	PJ Criminal – 8º cargo e PJ Substituta junto ao 9º cargo
22 a 25	Soledade	4º cargo

A equipe da Corregedoria-Geral, presente nas datas e Comarcas acima citadas, coloca-se à disposição da comunidade e autoridades locais para atendimento quanto à atuação dos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares.

Porto Alegre, 26 de novembro de 2018.

IVAN MELGARÉ,
Corregedor-Geral do Ministério Público.